

# O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA UFSC: FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA

THE STUDENT WITH DISABILITIES IN UFSC: FACTORS  
THAT INFLUENCE ACCESS AND PERMANENCE

Recebido em: 13 de março de 2020

Aprovado em: 18 de junho de 2020

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RCO | a. 12 | v. 3 | p. 104-123 | set./dez. 2020

DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v3i0.2099>

**Diogo Félix de Oliveira** *diogo\_dfo@hotmail.com*

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/Brasil).

Assistente em administração da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/Brasil).

**Irineu Manoel de Souza** *irineu.manoel@ufsc.br*

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/Brasil).

Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/Brasil).

## RESUMO

O texto se propõe a discutir a trajetória universitária dos estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem como objetivo analisar os fatores que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na UFSC e as ações desenvolvidas pela Instituição frente às demandas apresentadas por esses estudantes. Procedeu-se com uma breve remontagem das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, e mais especificamente, as políticas institucionais inclusivas que a UFSC adota. Foram identificados elementos de entrave tanto ao acesso quanto à permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. A efetividade da acessibilidade educacional não é alcançada somente com a garantia de direitos em legislações, o compromisso de todos os atores envolvidos no processo educacional é que contribui para o êxito de uma universidade e uma sociedade inclusivas. O desafio do processo de inclusão educacional é premente, pois a universidade como local de crítica e produção de conhecimento é fortalecida com a presença dos estudantes com deficiência.

**Palavras-chave:** Estudante com deficiência. Permanência. Ensino superior.

## ABSTRACT

The text proposes to discuss the university trajectory of students with disabilities at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). It aims to analyze the factors that influence the access and permanence of students with disabilities in the UFSC and the actions developed by the Institution in response to the demands presented by these students. A brief reassessment of public policies for people with disabilities was made, and more specifically, the inclusive institutional policies adopted by the UFSC. Elements of hindrance were identified both for access and for the permanence of students with disabilities in Higher Education. The challenge of the process of educational inclusion is pressing because the University as a place of criticism and production of knowledge is strengthened with the presence of students with disabilities.

**Keywords:** Students with disabilities. Permanence. Higher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O Século XX foi marcado por inúmeras mudanças de conceitos. Ele trouxe consigo avanços importantes para as pessoas com deficiência, especialmente em relação aos auxílios técnicos: sistema de ensino para surdos e cegos, cadeiras de rodas, dentre outros progressos. Percebemos uma sociedade que começa a se estruturar coletivamente para enfrentar os obstáculos e para melhor responder à pessoa com deficiência (LOPEZ-GAVIRA; MORINA; MORGADO, 2019).

Conforme Fischer (2010), a Educação Inclusiva é consequência de um movimento mundial, onde a sociedade envolvida, organizações, líderes políticos, educadores e pessoas com deficiência participam conjunta e efetivamente em prol do resgate da educação como lugar de exercício e garantia de direitos, oportunizando maior protagonismo e participação, e minimizando a segregação e as barreiras impostas.

O modelo de Educação Inclusiva preconiza uma resposta de qualidade da universidade para todos os alunos, aumentando as condutas que levam à aprendizagem inclusiva e à eliminação de barreiras. Tais ações devem fazer parte da agenda da universidade, numa atuação em que o discurso seja harmonizado com a prática, e que todos os atores envolvidos nesse processo estejam comprometidos em proporcionar um ambiente acadêmico que reconheça a individualidade de cada pessoa (AINSCOW, 2016).

A disposição de inserir a pessoa com deficiência como mais uma na universidade não alcança a inclusão. Para Carvalho (1999), incluir significa executar respostas educativas que propiciem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica.

Na perspectiva do estudante de ensino superior, a experiência universitária é um notável registro do caminho de evolução pessoal e social. Conforme Fernandes, Oliveira e Almeida (2016, p. 484), “nesse cenário, a inclusão de estudantes com deficiências representa uma importante iniciativa da universidade em assumir uma missão institucional em resposta às demandas”.

Percebe-se a atualidade e urgência do tema quando a educação inclusiva é reconhecida, de fato, como um indicador de qualidade da educação superior (MACLEOD, 2018), não somente por autores, mas também por organismos internacionais. A UNESCO apresenta em seu objetivo 4, da Agenda 2030, “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2017). Afirma-se a necessidade de tornar a Universidade um local mais inclusivo, não somente pelos benefícios aos estudantes com deficiência, mas por tal fato impactar positivamente toda a comunidade universitária.

Apesar do reconhecimento, até mesmo constitucional, que a acessibilidade acadêmica faz parte da concepção da universidade, esta parece ter dificuldades de cumprir o verdadeiro papel social por meio das ações de inclusão dos estudantes com deficiência. Assim fica comprovada a relevância da pesquisa e da

discussão do tema na atual conjuntura. Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é compreender os fatores que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

A construção da trajetória em favor das pessoas com deficiência no Brasil sofreu influência de países europeus e americanos (MAZZOTA, 1998). A Conferência Mundial de Educação Para Todos (UNESCO, 1990) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais (UNESCO, 1994), realizada na Espanha, na qual foi aprovada a Declaração de Salamanca, foram eventos balizadores para o contexto educacional inclusivo brasileiro.

Em decorrência desses eventos, novas diretrizes foram apresentadas no tocante às políticas inclusivas, tornando-as parte do ordenamento jurídico e firmando, pelo menos em termos conceituais, um compromisso por intermédio de estratégias, programas e políticas que levam a novas práticas que favorecem a inclusão.

Mais recentemente, em 2015, a Lei 13.146/2015 estabeleceu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A partir desse momento, a acessibilidade deslocou seu foco para os eixos que envolvem principalmente as questões atitudinais, tecnológicas, arquitetônicas e pedagógicas, todavia permanecem os eixos de comunicação e digital (BRASIL, 2015).

A Lei 13.146/2015 ainda propiciou uma mudança de paradigma, quando levanta a perspectiva do modelo biopsicossocial em detrimento do modelo médico, fortalecendo um olhar interdisciplinar na avaliação da deficiência. O desafio de trazer essa nova perspectiva incorre na definição de novas estratégias de aprimoramento no modo de avaliação das barreiras e no seu impacto no exercício da autonomia das pessoas com deficiência (SANTOS, 2016).

Como desdobramento da Lei Brasileira de Inclusão, foi instituída, em dezembro de 2016, a Lei nº 13.409 (BRASIL, 2016). Com seu advento, as instituições federais de ensino superior (IFES) passaram a adaptar os seus instrumentos de ingresso para abrangerem também as cotas para pessoas com deficiência.

Cumprir destacar que a quantidade de vagas que as IFES precisam disponibilizar para as pessoas com deficiência, com base nessa legislação, é no mínimo igual à proporção respectiva de pessoas com

deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2016).

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, 45.606.048 (23,9%) brasileiros declaram ter alguma deficiência, vivendo predominantemente em áreas urbanas (84,36%).

A deficiência mais declarada é a deficiência visual (18,6% da população total), seguida da deficiência motora (7%), deficiência auditiva (5,1%) e mental ou intelectual (1,4%). Ressalta-se que um mesmo indivíduo pode apresentar mais de uma deficiência.

Do total de pessoas com deficiência, 25.800.681 (56,5%) são mulheres e 19.805.367 (43,5%) são homens. Entre os grupos de idade, 7,53% se encontravam de 0 a 14 anos, 24,94% de 15 a 64 anos e 67,73% com mais de 65 anos.

Em relação a sexo e raça, as mulheres negras são o grupo com maior percentual de deficiência declarada (30,9%). Nos grupos das raças preta e amarela foram registrados os maiores percentuais de deficiência em ambos os sexos, seguindo a tendência de maior incidência na população feminina. Nesse grupo também foi registrada a maior diferença entre homens e mulheres, de 7,4 pontos percentuais (IBGE, 2010).

## 2.2 A DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A universidade deve ser, por excelência, a instituição responsável pela constante redefinição dos rumos da sociedade contemporânea em direção à melhoria efetiva da qualidade da vida humana individual e coletiva, tendo como cerne a formação do homem, independentemente de suas condições biológicas (MORIN, 2014).

Segundo Freire (1996), a educação refere-se a um processo de libertação que tem sua gênese naqueles que são oprimidos socialmente. Desta forma, a educação está intimamente ligada à formação da consciência pública para a existência da democracia, estimulando o indivíduo à responsabilidade social.

A experiência universitária, em atenção às exigências da sociedade contemporânea, possui um papel importante no crescimento pessoal e social dos indivíduos. Conforme Cabral (2018, p.3):

[...] o desafio está em reconhecer as particularidades e em não negligenciar as múltiplas identidades constituídas política, econômica, biopsicossocial e culturalmente, prevenindo-se, por meio da garantia de direitos específicos e de tratamentos diferenciados, o pertencimento de indivíduos que se encontram em condições desfavoráveis, com vistas a superar-se a interface negativa entre suas possíveis situações de vulnerabilidade, marginalização e exclusão social.

Dentre as exigências da sociedade a qual a universidade está inserida, percebe-se um aumento expressivo de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior. No ano 2000 havia 2.173 estudantes com algum tipo de deficiência no ensino superior, já no ano de 2010, o número ultrapassou a barreira de 20.000, chegando a 20.287 estudantes com deficiência (IBGE, 2012). Em 2013 esse número quase alcançou 30.000 estudantes (INEP, 2014). Observa-se como a inclusão e a acessibilidade são sensíveis à universidade, espelham a realidade de uma sociedade e devem representar uma disposição institucional de atendimento de uma demanda premente da coletividade.

Thoma (2006) afirma que, em atenção ao aumento dos estudantes com deficiência no ensino superior, ações devem ser implementadas nas universidades sob pena de entrarmos num processo de “inclusão excludente”, caracterizado pela evasão do estudante com deficiência da universidade, haja vista não serem ofertadas políticas institucionais que garantam a sua acessibilidade acadêmica.

Fatores como espaços pouco receptivos e desestimulantes, a existência de barreiras físicas e arquitetônicas, preconceito, falta de informação, inexistência de serviços de suporte podem influenciar negativamente a trajetória das pessoas com algum tipo de deficiência (ANACHE; CAVALCANTE, 2018).

Face aos obstáculos supracitados, recai sobre a universidade o desafio de satisfazer as necessidades dos estudantes com deficiência, considerando os meios para melhoria da sua qualidade de vida.

Segundo Borges *et al.* (2017), neste contexto de ensino superior, a acessibilidade acadêmica transcorre pelo desenvolvimento de uma atitude política, econômica, social e cultural que reconheça a questão educacional como componente da gama dos problemas sociais.

Os dados quantitativos totais de matrículas de estudantes com deficiência e superdotação dos anos de 2013 e 2017, do Censo da Educação Superior, corroboram e evidenciam a urgência do tema. Conforme observa-se na tabela 1, o acréscimo no quantitativo acompanha todos os segmentos pesquisados.

**Tabela 1**  
**Dados totais de matrícula e de matrículas de estudantes com deficiência e superdotação dos anos de 2013 e 2017, conforme o Censo da Educação Superior**

	2013	2017	PERCENTUAL DE AUMENTO
TOTAL DE MATRÍCULAS	7.305.977	8.286.663	13,42%
TOTAL DE MATRÍCULAS EM IES PÚBLICAS	1.932.527	2.045.356	5,83%
TOTAL DE MATRÍCULAS EM IES PRIVADAS	5.373.450	6.241.307	16,15%
TOTAL DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E SUPERDOTAÇÃO	29.034	38.272	31,81%
TOTAL DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E SUPERDOTAÇÃO EM IES PÚBLICAS	9.406	14.293	51,95%
TOTAL DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E SUPERDOTAÇÃO EM IES PRIVADAS	19.628	23.979	22,16%

**Fonte: Sinopses estatísticas da Educação Superior de 2013 e 2017 (elaborado pelo autor).**

Percebe-se o aumento do número de matrículas totais nas instituições públicas e privadas entre os anos de 2013 e 2017, porém, destaca-se o aumento significativo no número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, principalmente em instituições públicas, alcançando um aumento de 51,95%.

Acentua-se que o ano de 2017 é o último antes do advento da Lei nº 13.409/2016, que reserva vagas para as pessoas com deficiência no ensino superior. Vislumbra-se que após a divulgação do Sinopses Estatísticas da Educação Superior do ano de 2018, o primeiro ano de vigência das cotas para as pessoas com deficiência, esse número tenha um aumento mais expressivo.

Cabe ressaltar ainda que o acompanhamento do quantitativo deve vir acompanhado de uma supervisão qualitativa. Oportunizar o acesso demanda inúmeras outras exigências que viabilizem conjuntamente as condições necessárias de permanência desse grupo no ensino superior.

### **3 MÉTODO**

Para atingimento do objetivo proposto, este trabalho foi elaborado com base numa revisão sistemática da literatura, de modo a reunir os fundamentos já levantados e trazer novas reflexões e observações acerca do tema.

No estudo desenvolvido foi adotada uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso. Segundo Marconi e Lakatos (2004), a abordagem qualitativa fornece mais detalhes sobre hábitos, tendências de comportamento e relações entre os seres humanos. Por sua vez, o estudo de caso possibilita um aprofundamento do pesquisador com o fenômeno em estudo, trazendo uma visão holística de eventos contemporâneos (YIN, 2005).

Trata-se de uma pesquisa documental, pois tem como propósito apresentar dados de realidade de uma sociedade (GIL, 2002). Preliminarmente, a busca em sites ministeriais do Governo federal brasileiro oportunizou a exposição das políticas públicas de inclusão no Brasil. Em seguida, com o estudo dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante o Censo Demográfico de 2010, realizou-se uma análise dos dados sobre deficiência no Brasil.

Para compreender os aspectos sobre a deficiência no ensino superior foram examinadas as informações constantes no Censo da Educação Superior, de 2011 a 2017, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A pesquisa nos sites de setores institucionais da Universidade Federal de Santa Catarina propiciou o levantamento dos projetos e ações desenvolvidos pela UFSC que direta ou indiretamente influenciam no cotidiano das pessoas com deficiência no campus universitário.

Buscou-se com a referida documentação conhecer a realidade da deficiência na UFSC, identificando fatores que influenciam no acesso e na permanência das pessoas com deficiência nos cursos de graduação.

Por fim, propõe-se a entusiasmar um processo de conscientização da necessidade de se transformar a universidade em um espaço inclusivo, que não estimule somente o acesso, mas proporcione também as condições de permanência desses estudantes no ensino superior, além de um maior convívio inclusivo das pessoas com deficiência e sem deficiência no espaço universitário.

## **4 RESULTADOS E ANÁLISE**

### **4.1 A REALIDADE DA DEFICIÊNCIA NA UFSC**

Os dados quantitativos acerca de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina tiveram sua primeira mensuração no ano de 2014, disponibilizadas pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE).

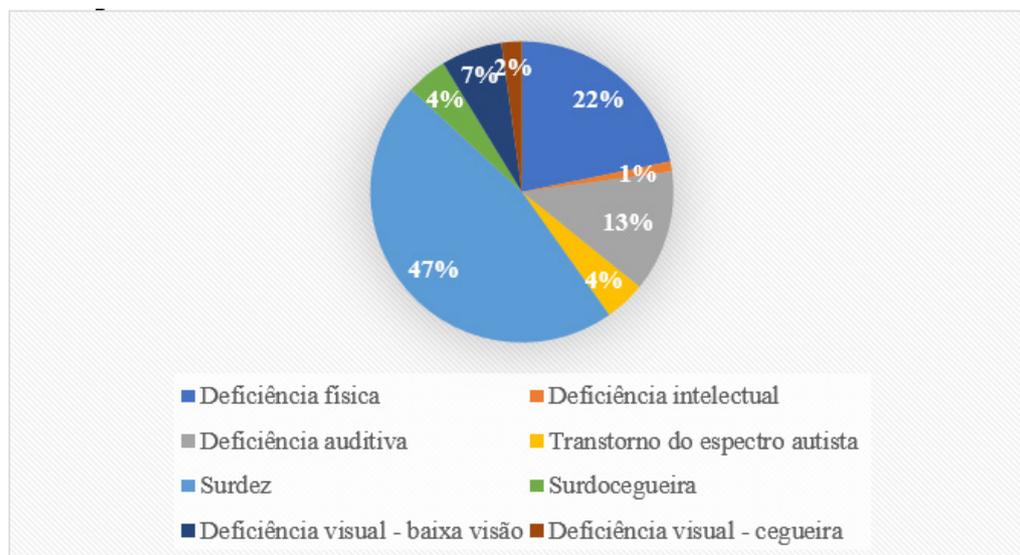
Os números são obtidos mediante autodeclaração, realizada durante a inscrição no vestibular ou posteriormente, por intermédio de consultas feitas pelo fórum da graduação. Na primeira apreciação dos dados, de acordo com a tabela 2, a seguir, observou-se o seguinte quantitativo:

**Tabela 2 - Número de estudantes com deficiência na UFSC em 2014**

DEFICIÊNCIA	NÚMERO DE ESTUDANTES
DEFICIÊNCIA FÍSICA	20
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	01
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	12
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	04
SURDEZ	43
SURDOCEGUEIRA	04
DEFICIÊNCIA VISUAL – BAIXA VISÃO	06
DEFICIÊNCIA VISUAL – CEGUEIRA	02
TOTAL	92

Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).

**Figura 1. Percentual das deficiências entre os estudantes da UFSC em 2014**



Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).

Em relação às deficiências, percebe-se que quase metade dos estudantes apresentava surdez, totalizando 47%. Em seguida, deficiência física com 22%, deficiência auditiva 13%, deficiência visual – baixa visão 7%, e as demais deficiência somadas totalizavam 11%.

Em 2014 haviam 28.765 estudantes de graduação matriculados e apenas 92 estudantes com deficiência, que representavam 0,0031% do total (UFSC, 2017).

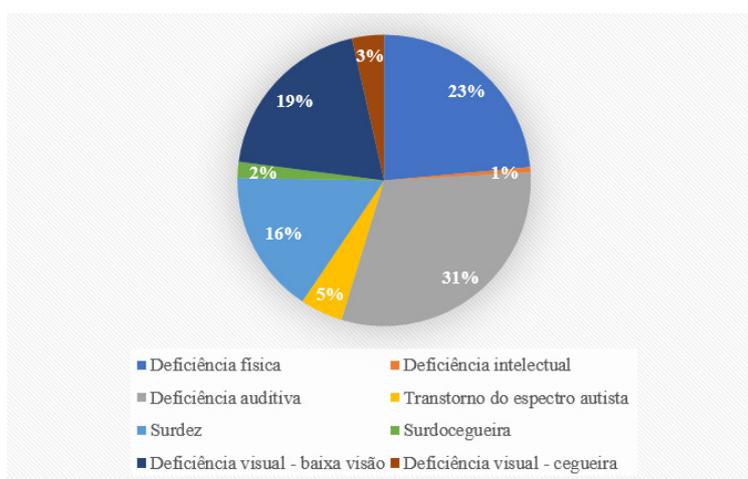
O último ano em que o processo seletivo da UFSC não contemplou o ingresso por cotas para pessoas com deficiência foi 2017. Conforme tabela 3, observa-se o seguinte quantitativo:

**Tabela 3 - Número de estudantes com deficiência na UFSC em 2017**

DEFICIÊNCIA	NÚMERO DE ESTUDANTES
DEFICIÊNCIA FÍSICA	40
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	01
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	52
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	08
SURDEZ	27
SURDOCEGUEIRA	03
DEFICIÊNCIA VISUAL – BAIXA VISÃO	33
DEFICIÊNCIA VISUAL – CEGUEIRA	06
TOTAL	170

Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).

**Figura 2. Percentual das deficiências entre os estudantes da UFSC em 2017**



Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).

Em relação às deficiências, observa-se uma maior distribuição entre elas em relação ao ano de 2014. A maior concentração era de estudantes com deficiência auditiva, totalizando 31%, em seguida, estudantes com deficiência física, com 23%, e deficiência visual – baixa visão com 19%.

Em 2017 havia 30.781 estudantes de graduação matriculados na UFSC e 170 estudantes com deficiência, que representavam 0,0055% do total de estudantes de graduação matriculados (UFSC, 2017).

Nota-se que o quantitativo de estudantes com deficiência matriculados na UFSC em termos percentuais é consideravelmente menor que os dados nacionais de pessoas com deficiência na população.

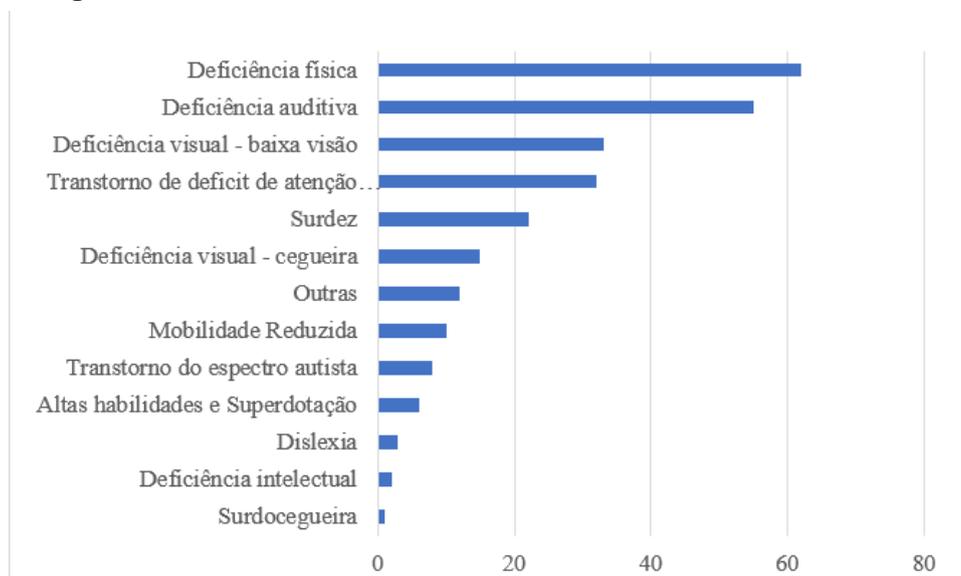
A partir de 2018, já com o advento da Lei 13.409/2016, o processo seletivo do Vestibular reservou vagas para as pessoas com deficiência. O quantitativo verificado, ao final do semestre 2018/2, com os dados disponibilizados pela CAE, pode ser observado conforme tabela 4 a seguir:

**Tabela 4 - Número de estudantes com deficiência na UFSC em 2018**

DEFICIÊNCIA	NÚMERO DE ESTUDANTES
SURDOCEGUEIRA	01
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	02
DISLEXIA	03
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	06
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	08
MOBILIDADE REDUZIDA	10
OUTRAS	12
DEFICIÊNCIA VISUAL – CEGUEIRA	15
SURDEZ	22
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE	32
DEFICIÊNCIA VISUAL – BAIXA VISÃO	33
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	55
DEFICIÊNCIA FÍSICA	62
TOTAL	261

**Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).**

**Figura 3. Percentual das deficiências entre os estudantes da UFSC em 2018**



**Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).**

Em relação às deficiências, em 2018 a CAE acrescentou algumas nomenclaturas. A maior porcentagem dos estudantes apresentava deficiência física, totalizando 62 estudantes. O transtorno de déficit de atenção e Hiperatividade aparece pela primeira vez em 2018, com 32 estudantes.

Havia 31.270 estudantes de graduação matriculados na UFSC em 2018 e 261 estudantes com deficiência que representavam 0,0083% do total de estudantes.

Observa-se, com o advento da Lei 13.409/2016, e a consequente reserva de vagas para as pessoas com deficiência na UFSC, o aumento significativo dos estudantes com deficiência matriculados na Instituição, consoante tabela 5 a seguir.

**Tabela 5 - Estudantes com deficiência na UFSC (2014 - 2018)**

ANO	ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	AUMENTO
2014	92	
2015	114	23,91%
2016	165	44,73%
2017	170	3,03%
2018	261	53,52%

**Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).**

**Figura 4. Estudantes com deficiência na UFSC (2014 - 2018)**



**Fonte: Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (elaborado pelo autor).**

Cabe destacar que esta reserva de vagas para pessoas com deficiência, de acordo com a Lei 13.409/2016, apresenta como requisito que o estudante tenha cursado o ensino médio integralmente em escola pública. Neste sentido, foram reservadas 685 vagas nesta categoria, sendo disputadas por 114 candidatos, dos quais 27 foram classificados, segundo Relatório Oficial do Vestibular UFSC/2018 (COPERVE, 2018).

O mesmo Relatório apresenta mais 296 pessoas com deficiência que se inscreveram no Vestibular 2018, sendo que 42 foram classificados. No entanto, estes candidatos não puderam usufruir da reserva de vagas, pois não se enquadravam no requisito do curso integral do ensino médio em escola pública (COPERVE, 2018).

Vislumbra-se um crescimento mais significativo nos próximos anos, haja vista a nova legislação em vigor e a difusão da mesma na sociedade. Ademais, a fragilidade que se apresenta em relação ao requisito de que o estudante com deficiência deva cursar integralmente o ensino médio em escola pública impele novas discussões, uma vez que esta condição não interfere nas barreiras enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência.

Dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC, o objetivo 8 determina como metas para o quadriênio 2015-2019 (UFSC, 2014):

a) Desenvolver e executar a política institucional de acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais da UFSC;

b) Promover condições igualitárias de acesso ao conhecimento por parte de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais;

c) Garantir que a estrutura física da UFSC seja adequada, de modo a dispor de acessibilidade às pessoas com deficiência física, visual e sinalizações voltadas a pessoas com deficiência física, surdas, cegas, com baixa visão e surdocegas.

Como serviços destinados diretamente aos estudantes com deficiência, a UFSC conta com a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional que assessora os cursos de graduação e pós-graduação atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidades, propiciando autonomia pessoal e acesso ao conhecimento.

Dispõe, também, a Universidade, da Divisão de Acessibilidade Informacional que atende às demandas informacionais de estudantes com deficiência da UFSC. Realiza adaptação de material para formato digital e braile, disponibiliza computador e scanner com software acessível, dispõe de acervo braile, digital e audiolivro e empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva – lupa, lupa eletrônica, audiolivro e DVD em libras, notebook, teclado adaptado, mouse adaptado, aparelho mp3, gravador, sistema FM, linha braile, máquina braile, material cartográfico.

E conta com a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Libras que realiza serviços de interpretação em disciplinas da graduação e pós-graduação, em reuniões de colegiado de curso de graduação e pós-graduação, em reuniões de docentes, em atendimento entre docentes e estudantes, eventos institucionais e outras demandas recebidas da comunidade universitária. Atividades de tradução também são demandadas à equipe, que conta atualmente com treze intérpretes.

#### **4.1.1 Fatores que influenciam o acesso de pessoas com deficiência na UFSC**

Conforme já mencionado, a reserva de vagas para pessoas com deficiência pela Lei 13.409/2016 tem como requisito ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública. É notório que esta condição não atingi as barreiras enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência.

Por ser uma Lei recente, ainda não foi difundida o suficiente entre a população com deficiência. Entretanto, em virtude do aumento de mais de 50% no número de estudantes com deficiência matriculados de 2017 para 2018 é possível vislumbrar um aumento mais significativo nos próximos anos.

As provas do Vestibular também apresentam algumas barreiras no acesso das pessoas com deficiência no ensino superior. Apesar de fornecerem provas em braile ou com programas com leitores, nem sempre as tecnologias e os recursos empregados nas provas do Vestibular atendem às necessidades dos estudantes (GESSER; NUERNBERG, 2017).

#### **4.1.2 Fatores que influenciam a permanência de pessoas com deficiência na UFSC**

Os programas da UFSC gestados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e voltados à permanência estudantil ainda não concebem a acessibilidade como diretriz, fato constatado nos editais e resoluções que indisponibilizam recursos de acessibilidade. Não é prevista nenhuma ação direcionada exclusivamente às pessoas com deficiência na PRAE.

Já o Programa Institucional de Bolsas de estágios não obrigatório (PIBE), administrado pela Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP) da UFSC, avança quando, desde 2016, reserva 10% de todas as bolsas destinadas em seu edital aos estudantes com deficiência. Além disso, mais 10% são reservadas para estudantes que promovem a inclusão e acessibilidade educacional.

Tal dispositivo possibilita o estudante com deficiência a conseguir mais contato com sua área de interesse e formação e assegura uma remuneração que pode ser componente fundamental de permanência no ensino superior. Alude-se ao fato de que as bolsas de promoção de acessibilidade oportunizam a interação da pessoa com deficiência com a pessoa sem deficiência, caminho precípuo de eliminação de preconceitos e rejeições.

De acordo com Gesser e Nuernberg (2017), as pessoas com deficiência vivenciam diariamente no campus universitário barreiras que podem obstaculizar sua participação e permanência na universidade.

No tocante às barreiras arquitetônicas, não basta que o trajeto do estudante à sala de aula esteja acessível, mas o campus como um todo. O estudante deve ter acesso pleno a todos os serviços oferecidos pela universidade, biblioteca, laboratórios de informática, restaurante, espaços poliesportivos. Concernente a isso, deve-se destacar que a universidade é uma extensão da sociedade, e, caso não sejam considerados aspectos, como transporte coletivo acessível e com disponibilidade de maior número de linhas, ruas com calçadas adaptadas, a barreira arquitetônica não será referente à permanência do estudante com deficiência, mas ao acesso, pois o que se restringi aqui é a possibilidade de se deslocar à universidade.

As barreiras pedagógicas, compreendidas como óbices existentes nas técnicas de estudo, podem ser verificadas na falta de aulas e avaliações adaptadas (DIAS, 2014). Apesar da UFSC contar com um setor responsável pela adaptação dos matérias de ensino, cabe ao docente a inserção de formas de ensino inclusivas, flexibilizando suas aulas e considerando as necessidades de todos os alunos.

Como mencionado anteriormente, a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Libras conta atualmente com 13 intérpretes em sua equipe. No ano de 2018 havia nos cursos de graduação da UFSC um estudante surdocego, 22 surdos e 55 com deficiência auditiva. Ainda que a equipe de intérpretes estivesse à disposição somente desses 78 estudantes, o que não acontece, haja vista a demanda de

interpretação na pós-graduação, em reuniões de colegiado de curso de graduação e pós-graduação, em reuniões de docentes, eventos institucionais e outras demandas recebidas da comunidade universitária, fica clara a indisponibilidade de atendimento na integralidade das aulas. O prejuízo da não apreensão do conteúdo é irreparável e, além de desmotivador, pode se tornar um fator dificultador de permanência de um estudante com deficiência na universidade.

Há ainda as barreiras atitudinais, que são aquelas sinalizadoras dos preconceitos e estereótipos perpetrados contra as pessoas com deficiência não somente no âmbito universitário, mas na sociedade. Conforme Ferreira (2007), a inclusão perpassa a remoção das barreiras arquitetônicas e envolve, sobretudo, a eliminação das barreiras atitudinais, aquelas relacionadas ao “olhar” discriminatório das pessoas sem deficiência em relação às pessoas com deficiência. A existência dessas barreiras é um legado da história de segregação social enfrentada por essa população, e que agora começa a receber alento com a atuação de movimentos sociais de pessoas com deficiência e do fortalecimento da inclusão como caminho educacional (GESSER, NUERNBERG, 2017).

É fato que novos caminhos e novas práticas, que garantam o atendimento à educação inclusiva no dia a dia das universidades, devem ser considerados e construídos por todos os atores envolvidos. Compete à universidade desempenhar seu papel social e aos órgãos competentes responsabilizarem-se integralmente para garantir o acesso e a permanência de todas as pessoas no ensino superior.

Importante assinalar que os avanços em termos de políticas públicas e institucionais para as pessoas com deficiência ainda se encontram muito dissociados da vida cotidiana dessas pessoas. Mais especificamente no tocante à ocupação dos espaços universitários, as pessoas com deficiência se deparam com inúmeras barreiras que dificultam seu processo de aprendizagem e sua permanência no ensino superior.

Para que ocorra um efetivo atendimento educacional às pessoas com deficiência no ensino superior é necessário que a universidade promova condições de mobilidade, pedagógicas e instrumentais. As políticas de acesso ao ensino superior devem ser associadas com políticas de permanência, com vistas a oportunizar autonomia e completa participação de todos os estudantes na vida universitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A universidade, como lugar de exercício e garantia de direitos, como difusora de conhecimento e como promotora de pensamento crítico com fins de responder às demandas da sociedade, consolida-se com a presença dos estudantes com deficiência.

Novas funcionalidades são externadas à universidade com essa presença, fazendo com que a instituição reflita sobre outras formas de aprender e ministrar conteúdos e demande um contínuo processo de conscientização da deficiência, com o intuito de superar a invisibilidade e permitir que as próprias pessoas com deficiência se sintam parte do espaço universitário.

A inclusão de pessoas com deficiência nas universidades é uma realidade recente. O tema, apesar de incorporado por uma gama de políticas públicas e institucionais, ainda carece de ações que efetivem estas normas no cotidiano educacional das pessoas com deficiência.

Isto posto, a efetividade da acessibilidade educacional não é alcançada somente com a garantia de direitos em legislações. O compromisso de forma conjunta e o envolvimento de todos os atores neste processo poderão assegurar o acesso e a permanência de todas as pessoas com deficiência ao ensino superior.

Considerando o retrocesso dos direitos sociais e a drástica redução orçamentária que marca a política de ensino superior, é primordial que se promova a participação dos estudantes com deficiência na vida cotidiana da universidade e que não se tolhem espaços de fortalecimento de coletivos que levem a discussão da acessibilidade e reivindiquem os direitos dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Como sugestões de trabalhos futuros, recomenda-se conduzir estudos para verificar os níveis de evasão dos estudantes com deficiência no ensino superior e trazer também opiniões e perspectivas dos atores envolvidos, como os próprios estudantes com deficiência, os docentes, os técnicos-administrativos, além de ampliar o escopo para outras universidades, já que o presente estudo trouxe elementos somente da Universidade Federal de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Diversity and equity: A global education challenge. **New Zealand Journal of Educational Studies**, v. 51, n. 2, p. 143-155, 2016.

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 115-125, 2018.

BATISTA, Lázaro; NASCIMENTO, Erasmo Henrique. A deficiência vai à universidade: perspectivas e entraves do processo inclusivo na educação superior brasileira. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, p. 120-127, 2018.

BORGES, Maria Leonor *et al.* Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 30, n. 2, p. 7-31, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, MEC/SEESP, 1994a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-i](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-i)>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CABRAL, L. S. A. (2018). Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(57). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3364>.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação e inclusão: a questão da permanência da pessoa deficiente na universidade. **Acesso e permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais nas IES - Fórum: Curitiba**, v. 12, 1999.

DIAS, Gleice Noronha. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacional das pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2014. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/Gleice\\_Final.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/Gleice_Final.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2019.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec**, v. 13, n. 1, p. 43-60, 2007.

FISHER, J. Inclusão escolar de acadêmicos com deficiência na universidade: possibilidades e desafios. **Universidade de Blumenau [Internet]**, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência/ The participation of students with physical and visual disabilities in higher education: notes and contributions of feminist theories of disability. **Educar em Revista**, p. 151-166, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico - 2010**: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2125>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior: 2017** – resumo técnico. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2017/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2017/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2017.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LOPEZ-GAVIRA, Rosario; MORIÑA, Anabel; MORGADO, Beatriz. Challenges to inclusive education at the university: the perspective of students and disability support service staff. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, p. 1-13, 2019.

MACLEOD, Andrea *et al.* 'Here I come again': the cost of success for higher education students diagnosed with autism. **International Journal of Inclusive Education**, v. 22, n. 6, p. 683-697, 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1998.

MORIN, Edgar *et al.* **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3007-3015, 2016

THOMA, Adriana da Silva. A Inclusão no ensino superior: “ninguém foi preparado para trabalhar com esses Alunos (...). Isso exige certamente uma Política Especial”. **Educação Especial**, n. 15, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. 2014.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Espanha: Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Objetivos de aprendizagem. Paris. 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Yin, R. (2005). **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.